

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

8 de janeiro de 2014

SUMÁRIO

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho em exercício, Vice-Presidente António Filipe, deu início à reunião eram 10 horas e 30 minutos.

Após uma intervenção inicial, o Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto (ex-Comandante Nacional de Operações de Socorro, no período de 2011 a 2012) respondeu às questões colocadas pelos Srs. Deputados Isabel Oneto (PS), Maurício Marques (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Miguel Freitas (PS).

O Sr. Coordenador em exercício encerrou a reunião eram 11 horas e 26 minutos.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos, porque estamos já com um atraso de quase 45 minutos, o que nos vai obrigar a ser muito rigorosos na gestão do tempo, por razões evidentes.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Agradeço ao Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto a sua disponibilidade para colaborar com os nossos trabalhos e convido-o a fazer uma breve introdução inicial, de 10 minutos, após o que haverá um período de 5 minutos para cada um dos Srs. Deputados poder colocar as questões que entender e o Sr. Comandante poderá responder usando igual tempo.

Reitero os agradecimentos e peço desculpa pelo mal-entendido que o fez estar aí à espera durante longo tempo. Nós pensávamos que estava atrasado e afinal não estava, estava até adiantado — peço desculpa por isso — e dou-lhe de imediato a palavra, pois creio que pretende fazer uma exposição inicial. Tenha a bondade.

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Sr. Coordenador, Srs. Deputados, foi-me pedido para fazer uma pequena apresentação de introdução a esta problemática dos incêndios florestais e fiz aqui um pequeno guião das atividades desenvolvidas enquanto estive no Comando Nacional de Operações de Socorro em regime de substituição, como sabem.

Assumi funções de Comandante Operacional Nacional, em regime de substituição, a 9 de março de 2011, as quais exerci até 5 de dezembro de 2012.

Assumi estas funções num contexto bastante complicado e inesperado, resultante de um processo disciplinar ao ex-Comandante Nacional Gil Martins. O primeiro desafio foi montar, em 39 dias, o dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2011.

Face à impossibilidade de alterar as condições meteorológicas e também o quadro legal vigente, as condições financeiras à data, o ordenamento dos espaços florestais e rurais, só restava potenciar os meios e recursos disponíveis, aumentando a eficiência e mantendo a eficácia, fazer mais e melhor com menos custos.

Pela primeira vez, o dispositivo contou com contributos de todos os atores de todos os patamares da estrutura de proteção civil, de forma a criar um sentimento de pertença e um espírito de corpo à dimensão de uma resposta operacional exigente, com uma diversidade incomparável de diferentes entidades para a única missão.

A redução dos 15 meios aéreos exigiu medidas compensatórias para manter a eficácia no ataque inicial, o que foi claramente conseguido porque nesse ano obtivemos um resultado de 93% dos incêndios dominados em ataque inicial. Esta redução foi muito significativa e originou várias medidas compensatórias que tiveram de ser tomadas.

De forma a suprir os constrangimentos identificados na campanha anterior, nomeadamente a situação particular do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o balanceamento de meios — obrigando os meios a percorrer grandes distâncias —, a organização dos teatros de operações, principalmente aqueles mais complexos, a recuperação da capacidade de ataque inicial, foram preposicionadas forças no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em locais estratégicos, onde se mantiveram durante as Fases Bravo, Charlie e Delta. De modo a ultrapassar a falta de especialistas das equipas GAUF, foi preciso concertar com a ex-Direção-Geral das Florestas

a integração nestas equipas de bombeiros da Força Especial de Bombeiros, de forma a podermos operacionalizar as mesmas.

Foram reorganizados os meios de reforço e a constituição dos grupos de reforço, com base nos corpos de bombeiros profissionais para a defesa de aglomerados populacionais e foram também constituídas equipas de posto de comando, devidamente formatadas e treinadas, de forma a suprir o constrangimento identificado nos teatros de operações mais complexos.

Além disso, incrementámos recursos tecnológicos em prole de uma maior prestação de apoio às operações, por exemplo, a uniformização de todos os veículos de comando e controlo a nível nacional, porque cada um estava dotado de equipamento muito próprio e era sempre difícil, em teatros de operações, quando havia deslocação de operacionais, poder operar com aquele equipamento.

O Sistema de Proteção Civil, na minha opinião, deve ser um sistema evolutivo e de aprendizagem contínua, estando aberto a incorporar novos ensinamentos e novos conceitos.

Pela primeira vez, numa metodologia tão abrangente, materializou-se um processo de lições aprendidas em 2011, com implementação imediata de medidas corretivas.

Fruto da contínua avaliação, foram elencadas 103 medidas corretivas, distribuídas por 26 ações, agrupadas em quatro vetores de atuação. Mas o problema existe e é estrutural e, ainda que o sistema seja aperfeiçoado, estamos simplesmente a implementar mutações conjunturais.

A aplicação de medidas corretivas fortaleceu o Dispositivo, sem dúvida, suprimindo alguns constrangimentos e mitigando algumas fragilidades. No entanto, cada fragilidade, cada constrangimento detetado constitui uma oportunidade de resolver os problemas, alguns dos quais sustentados no tempo.

Peço desculpa por não estar a acompanhar a passagem dos *slides*, mas depois posso deixar cá a apresentação em *PowerPoint*. De qualquer modo, estou disponível para esclarecer as vossas dúvidas.

Aqui nesta fase, deixei ao Sr. Ministro da Administração Interna e aos atuais Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Comandante Operacional Nacional, um memorando sobre as adaptações que considero pertinentes na organização de uma resposta no âmbito da proteção e socorro, que naturalmente está generalizado e abarca toda a dimensão da proteção civil, mas que tem reflexos no combate aos incêndios florestais.

Terminei as minhas funções de Comandante Operacional Nacional a 4 de dezembro de 2012, tendo regressado ao meu lugar para terminar a comissão de Comandante Distrital de Operações de Socorro de Faro, onde me mantenho até à presente data.

Elenquei aqui algumas das preocupações que identifiquei no período em que, transitoriamente, exerci as funções de Comandante Operacional Nacional, nomeadamente:

- o combate nas situações de exceção;
- a vulnerabilidade da estrutura operacional às influências externas nas tomadas de decisão — principalmente as de dimensão política;
- a rotatividade anual dos elementos que integram as equipas de combate a incêndios e as equipas de apoio ao combate;
- a rotatividade dos quadros de comando dos corpos de bombeiros;
- a operacionalização e operacionalidade, naturalmente, dos GAUF;
- o dispositivo dos meios aéreos;
- a Força Especial de Bombeiros e os GIPS da GNR;
- o dispositivo de maquinaria pesada;
- a sustentação logística das operações;

— a preparação diferenciada do nível das forças — a prestação é, de facto, muito notória em sede do teatro de operações;

— a partilha das responsabilidades entre as tutelas políticas e operacionais no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

— as metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que, na minha perspetiva, não são exequíveis face à imprevisibilidade e independência das suas variáveis;

— a definição da política do setor baseada em ciclos eleitorais também é uma preocupação que tenho.

Face às minhas preocupações, considero pertinente que sejam repensadas filosofias, agilizados os procedimentos de forma a obter um sistema integrado mais propulsor de situações excecionais, uma vez que a rotina parece estar enraizada e aceite por todos os atores.

Por isso, selecionei um conjunto de considerações que, direta ou indiretamente, influenciam o combate aos incêndios florestais:

— ajustar os níveis de atuação de proteção civil à realidade do país, quer ao nível nacional, quer aos níveis regional e municipal;

— definir políticas a médio e a longo prazos para o setor;

— criar uma carreira de gestores de emergência para ocupar lugares na estrutura operacional;

— adequar a formação e o treino às necessidades da resposta;

— consolidar a ponte de cooperação com as Forças Armadas, principalmente ao nível da logística e do reforço especializado, como é o caso das máquinas de rasto;

— envolver e responsabilizar o patamar municipal da Proteção Civil ou através das CIM;

- promover uma base sustentada de informação científica de apoio à decisão operacional;
- utilizar o fogo de gestão, mesmo no período crítico e equilibrar;
- e clarificar as competências da Força Especial de Bombeiros e dos GIPS da GNR.

E, Srs. Deputados, estes eram os pontos que eu tinha elencado. Não tenho, naturalmente, receitas nem remédio para todos os males, mas tenho uma visão sobre o sistema, visão alicerçada na experiência de mais de 20 anos no setor e estou, naturalmente, disponível para continuar a contribuir para a solução.

Fico agora à disposição dos Srs. Deputados.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr. Comandante, agradeço a sua apresentação e o cumprimento escrupuloso do tempo — estou certo de que os Srs. Deputados irão seguir o exemplo...

Sr.^a Deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): — Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, cumprimentar o Sr. Comandante Vaz Pinto pela sua disponibilidade e pela apresentação e exposição que fez.

O Sr. Comandante frisou várias vertentes da problemática do combate aos incêndios florestais e eu gostava que desenvolvesse algumas das questões que aqui referiu. Colocou, nomeadamente, questões acerca do envolvimento do patamar municipal, a questão da clarificação das responsabilidades operacionais e políticas, a questão da formação e da forma como ela deve ser planeada — se faz sentido manter a Escola Nacional de Bombeiros com esta estrutura ou se devemos ter uma

Academia de Proteção Civil mais abrangente, precisamente onde se pudesse fazer uma concentração dos estudos académicos das nossas universidades, que pudessem colaborar com a Academia nessas matérias, com tudo o que isso representa.

Relativamente à questão operacional, que é aquela de que aqui nos ocupamos, e que eu divido com o meu colega Deputado Miguel Freitas, as minhas preocupações são, por exemplo, estas: o SIRESP funcionou em termos de resposta ou não? Permite ou não a localização dos operacionais e das viaturas? É ou não necessário dotar as viaturas de combate a incêndios — neste caso de incêndios florestais — ou outras, em qualquer intervenção, de gestão de frota, no sentido de fazer a sua localização por GPS, para que o posto operacional saiba efetivamente onde é que, operacionalmente, os homens estão a ser movimentados?

Enfim, há um conjunto de questões relativamente ao teatro de operações que se põem, tal como saber se, na sua perspetiva, o SIOPS funcionou ou não, ou seja, se o Sr. Comandante conseguiu, ou não, ver implementado o SIOPS no teatro de operações.

Outra questão relevante que aqui também foi referida tem a ver com os meios aéreos. Na sua perspetiva, temos ou não temos meios aéreos suficientes? Que meios aéreos são necessários? Quem é que deve geri-los e operacionalizá-los?

Enfim, estas são preocupações que tenho e que envolvem toda a gestão relacionada com o combate dos meios aéreos.

E, Sr. Coordenador, fico por aqui. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Começo naturalmente por agradecer a participação do Sr. Comandante Vítor Morais Vaz e dar-lhe conta do seguinte: este Grupo de Trabalho não se destina a avaliar a sua prestação enquanto Comandante, nós temos outro objetivo que é o de contribuímos para a diminuição deste flagelo e sabermos até que ponto é que podemos fazer uma alteração (legislativa e não só!) no sentido de diminuir este flagelo que ocorre todos os anos.

Nós temos, ao longo de algumas audições, notado que o número de ignições é excessivo e é um número cada vez maior. Por isso, eu gostaria de saber qual a sua opinião sobre até que ponto é que se deve considerar este número de ignições. Este número de ignições tem ou não a ver com a questão que aqui falou do fogo tático e do fogo controlado?

Verificamos — e isto também já aqui foi dito por algumas pessoas — que efetivamente há necessidade de utilizar o fogo como uma arma de diminuição do combustível existente na floresta e também de renovação das pastagens e isto pode, por si só, aumentar o número de ignições. Mas, por outro lado, verificamos que, para a utilização do fogo tático e fogo controlado, temos uma deficiência na formação de pessoal e na definição das entidades autorizadas a fazê-lo. Até que ponto é que podemos alterar o nosso quadro legislativo de forma a utilizar, em maior número, o fogo tático e o fogo controlado, de forma a diminuir a carga de combustível existente na floresta.

Disse o Sr. Comandante que, durante o seu mandato (embora provisório), o ataque inicial foi melhorado significativamente, ou seja, houve um êxito grande no ataque inicial, na primeira intervenção do combate aos incêndios. Sendo certo que eu já disse que não estamos aqui

para avaliar a atuação do Sr. Comandante, eu gostaria de perguntar-lhe o que é que fez ou não fez nessa altura para que o ataque inicial tivesse tido o êxito que aqui reconheceu. Sabemos bem que é no ataque inicial do combate que se evita que um grande incêndio se propague.

Por outro lado, temos vindo aqui a falar do combate e dos meios aéreos, mas não falámos muito da prevenção e o Sr. Comandante, no documento que aqui traz, faz referência às Forças Armadas e até, estou a ver, à «utilização de máquinas de rasto»... Eu próprio também considero que a utilização de máquinas de rasto na floresta, nomeadamente para manutenção das redes primárias de faixas de gestão de combustível como prevenção infraestrutural de defesa da floresta contra incêndios, quando elas existem, e a sua conclusão seriam extremamente benéficas. Até que ponto é que o Sr. Comandante acha que o país devia investir mais neste tipo de equipamento pesado, que serviria no combate e também na prevenção?

É porque muitas das vezes, nos incêndios, fala-se muito de meios pesados no combate e da necessidade, ou não, de o Estado ter equipamentos pesados para combate, nomeadamente meios aéreos, mas sabemos que os meios aéreos que o Estado possa ter ou não — e se os tiver, de modo próprio — têm um custo associado ao longo de todo o ano e são «produtivos» apenas num período muito curto do ano, sendo que o equipamento pesado, nomeadamente as máquinas de rasto, que tem também um custo associado, podia ser também utilizado todo o ano: durante o período não crítico na prevenção e na manutenção da rede primária e na limpeza da floresta, e depois durante o período crítico também, obviamente, no combate. Até que ponto o Sr. Comandante acha que devíamos privilegiar um em detrimento do outro?

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Começo por cumprimentar o Sr. Comandante Vítor Morais Vaz.

Vou ser muito rápido, uma vez que as perguntas interessantes estão feitas, mas quero precisar um ou dois aspetos.

O Sr. Comandante falou no balanceamento de meios e, prendendo isso com a necessidade de termos meios, que tipo de meios, em que quantidade e onde, a perceção que se tem é que, de facto, nós fazemos um esforço — não sei se está quantificado o balanceamento de meios — e isso tem implicações aos mais variados níveis: em perdas de material (e já não vou falar nas perdas de vidas humanas porque isso não é para aqui chamado...), em custos para as corporações de bombeiros...

É porque não é assim tão pouco frequente quanto isso nós assistirmos a que há zonas de risco perfeitamente identificadas, com um conjunto de corporações de bombeiros de número elevado, mas depois os meios humanos em combate nesses incêndios é residual. Lembro-me de alguns incêndios, principalmente a norte — e o Deputado Abel Batista poderia fazer esta pergunta... —, em que, segundo informações que temos, estava pouco mais de uma dezena de bombeiros. E depois é preciso deslocar um conjunto de...

A minha pergunta é no sentido de saber se é possível e como é que é possível — porque falou no ajustamento dos meios à realidade do país — fazermos, ao nível da prevenção estrutural, uma avaliação correta dos riscos e das necessidades, e depois pré-posicionar os meios para não só melhorar a eficácia do primeiro combate, como também não causar às

próprias corporações de bombeiros e a todo o sistema custos completamente despiciendo quando, se houvesse essa pré-prevenção, porventura estaríamos melhor preparados. Como é que isso se pode eventualmente melhorar e articular?

Relativamente aos meios aéreos, acho que são matéria que merece um capítulo à parte e, portanto, todas as opiniões são úteis. O Parlamento aprovou — julgo que quase por unanimidade, em 2005 — a necessidade de o Estado ter meios aéreos ligeiros, médios e pesados... Julgo que ainda não temos os pesados, mas a realidade é que a decisão foi mais política do que técnica e talvez por isso é que temos os meios que não são exatamente aqueles de que o país precisa e que seriam mais eficazes para o combate do problema que está identificado... Portanto, como é que fazemos isso?

Mas a minha pergunta tem a ver também com aquilo que é uma perceção do risco. Aliás, há bocado, na audição anterior, o Sr. Comandante Gil Martins falava na falta de comunicação da Autoridade Nacional de Proteção Civil e na melhoria da comunicação. Eu acho que temos que envolver mais o país naquilo que é uma perceção de risco e na capacidade de perceção do risco. Dou um exemplo: as pessoas que hoje são levadas pelas ondas porque acham que nada lhes acontece, porque não têm no seu espírito a ideia de que o risco existe e que temos todos que ser agentes de prevenção... Ao estudar estas matérias, eu tropecei num gabinete qualquer de uma faculdade da Madeira, que tinham feito uma previsão de um possível risco de cheias na Madeira três anos antes de o risco que aconteceu na Madeira ter acontecido!...

E a pergunta é: como é que as instituições de ensino, os gabinetes técnicos da Proteção Civil, toda a gente deteta riscos e alerta para os riscos e depois a Autoridade Nacional de Proteção Civil ou o sistema de responsabilidade política normalmente não liga nenhuma e depois a

catástrofe acontece e toda a gente diz: «Bom, era isto que se devia fazer» e «Há quem tenha feito isso»!...

Como é que nós fazemos a interligação da Autoridade Nacional de Proteção Civil com as universidades, com as corporações de bombeiros, com as associações de bombeiros, com os gabinetes de proteção civil das autarquias, que às vezes fazem trabalho meritório que se perde, porque não temos entre nós uma perceção de risco.

Pode acontecer, um dia, um sismo em Lisboa e as pessoas acham que isso é uma coisa que só acontece nos outros países!... Portanto, é fundamental termos o cidadão atento e conhecedor dos riscos — obviamente que tem uma componente de alarme elevado —, daí que seja necessário sabermos como é que podemos melhorar este equilíbrio entre não ser alarmistas mas, ao mesmo tempo, ter cada um dos portugueses — de acordo com o que diz, e bem — informado com a realidade do país.

Também ficámos a saber — eu sou do interior e, portanto, percebo bem — que, às vezes, alguma comunicação da Autoridade Nacional de Proteção Civil aplicada aos meios rurais ou aos meus familiares da aldeia, não tem nenhuma eficácia, porque eles não percebem sequer o que é que se está a dizer e continuam a fazer as suas queimadas como sempre fizeram, convencidos de que aquilo não vai correr qualquer risco, quando a realidade é que daí nasce um conjunto... Aliás, basta ver os incêndios que aconteceram agora em época de inverno, nomeadamente no meu distrito, em Viseu: num período em que normalmente já nos estávamos a preparar para os problemas da neve, ainda andávamos a combater incêndios... Isto diz bem de uma nova realidade que está a mudar... Portanto, a minha questão é a de saber como é que, no fundo, nós conseguimos atualizar um sistema que seja compatível com a realidade do país e em cada uma das regiões.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas na qualidade de relator.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Muito rapidamente, quero concretizar um pouco a questão do pilar técnico e do pilar político, isto é, gostaria que o Sr. Comandante me frisasse — da sua experiência quer de Comandante Nacional, quer de Comandante Regional do Algarve, neste caso — como é que nos devemos organizar. Esta organização que está criada, de cinco regiões excêntricas às regiões plano, na sua opinião, é a melhor solução? Ou considera que devemos evoluir para outro modelo?

E sobre a criação do CADIS, que é uma questão específica, nova, como é CADIS e CODIS, eu gostava que nos desse também a sua experiência sobre a criação dessa figura. Objetivamente, da forma como está ela se serviu ao sistema? E como é que ela pode evoluir? Naturalmente, o sistema está sempre em evolução e, portanto, eu gostava que pudesse concretizar um pouco melhor essa nova estrutura.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr. Comandante, tem a palavra. Dispomos de 20 minutos.

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Srs. Deputados, não sei se tomei nota de todas as questões, pelo que, se porventura não responder a alguma, peço que a repitam. Vou tentar ser objetivo e direto.

Estou habituado a executar políticas, não a defini-las. Naturalmente, tenho uma ideia sobre o sistema porque já ando cá há muitos anos, mas eu executo políticas. Também faço estudos e análises e, portanto, aquilo que

vou dizer é a minha opinião pessoal, independentemente daquilo que faço no dia-a-dia, no trabalho.

A Sr.^a Deputada Isabel Oneto perguntou-me sobre a questão da proteção civil. Eu só entendo a proteção civil assente em dois pilares: um pilar político e um pilar técnico — a não ser assim então tínhamos aqui outra coisa qualquer, uma defesa civil ou outra coisa qualquer... Em todos os níveis da proteção civil, na minha perspetiva, devia haver um patamar técnico e um político. Não sei se, com esta resposta, fui claro em relação a isto.

Há vários modelos que podemos adotar. Eu, no memorando que deixei — quando fui embora, entreguei ao Sr. Ministro, ao atual Presidente e ao Sr. Comandante Nacional —, preconizava que o Sistema de Proteção Civil retraísse para as NUTS III, para as cinco regiões, e entendia que, ao nível dos bombeiros, era preciso criar a figura de Comandante distrital de bombeiros, ou seja, manter no distrito o Comandante de bombeiros e retrain a proteção civil para situações mais de exceção, para o nível regional, porque aqui tínhamos um pilar que hoje já não existe no distrito mercê destas reformas a que o país tem vindo a assistir. Só para dar um pequeno exemplo, o Centro de Coordenação Operacional já não consegue, nalguns distritos, ter a representação dos oficiais que é obrigatório estarem no CCO.

Por outro lado, para ser mais objetivo, o Comandante Distrital de Operações de Socorro da Proteção Civil faz uma coordenação operacional e simultaneamente faz uma coordenação política. Portanto, com a extinção da figura dos Srs. Governadores Civis, que faziam a coordenação política, os atuais Comandantes distritais fazem a coordenação política, a coordenação institucional e a coordenação operacional. Acho que, em situações de rotina, isto é perfeitamente viável, não há qualquer problema,

mas em situações de exceção, pode ser, como se verificou nalguns casos, muito complexa, e depois há sempre umas pessoas...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): — Pode precisar mais...

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Sr.^a Deputada, eu não queria falar de casos concretos, mas é natural que os Srs. Deputados tenham assistido a algumas situações. Por exemplo, no Algarve — e para não falar de mais nenhum distrito e porque este é um distrito onde eu já estou há algum tempo e de onde o Sr. Deputado Miguel Freitas é oriundo —, o incêndio de Catraia, em Tavira, no ano passado. Foi um incêndio «muito badalado» na comunicação social, porque teve consequências muito gravosas... Enfim, disse-se muita coisa — permitam-me a expressão — «da parte de muito treinador de bancada» que não costuma treinar com os jogadores e que, se calhar, nem nunca foi jogador de futebol... Pessoalmente, considero que aquela operação de proteção civil foi a maior desde que o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro está implementado em Portugal, foi executada a todos os níveis com muito profissionalismo e com muita sapiência.

O Comandante das Operações de Socorro — que, naquele momento, era o Comandante Distrital de Faro, o Sr. Comandante Abel —, em boa hora definiu a estratégia e os objetivos para aquele teatro de operações: primeiro defender as pessoas, depois defender o edificado e os bens das pessoas, e depois o ambiente. Em boa hora o fez, em cooperação com a GNR e com a coordenação que ali foi possível fazer.

Resultado: arderam mais de 20 000 hectares, quase 30 000, é verdade, dos quais apenas 5000 eram de floresta; mas o que é verdade é

que obtivemos zero mortos e zero feridos entre os combatentes e entre a população residente.

Aquele incêndio desenvolveu-se numa área muito particular da Serra do Caldeirão, que é uma serra muito vulnerável àquele tipo de ocorrências, onde os incêndios têm uma dinâmica muito particular — e isto historicamente está registado e a população sabe-o, as pessoas que vivem lá e que perderam os seus bens em poucas horas convivem com aquilo... Portanto, havia planos por todo o lado, planos de defesa da floresta contra incêndios, havia planos para tudo, mas na verdade, no terreno, havia muita coisa que faltava. Aquilo que estava planeado — do ponto de vista científico não me pronuncio sobre isso — com certeza que estava bem planeado, mas o que é verdade é que depois, quando é preciso resolver o problema e quando tudo falha, as coisas nem sempre acontecem como se esperava... Depois há sempre umas pessoas que dizem: «Ah, o malandro do Comandante Nacional é que foi um maroto, que não teve competência para gerir aquilo...»

E, como não há resposta, como não há ninguém a contradizer, dá a impressão de que aquilo que algumas pessoas dizem é verdade e que têm solução para todos os problemas, têm remédio para todos os males, quando não é verdade!!

Esta problemática dos incêndios florestais é muito complexa, que não se compadece — como há bocado eu já disse — com ciclos políticos e que tem de ser vista a longo prazo. O ordenamento florestal — e eu não sou florestal, portanto, não estou muito à vontade para isto, mas nem preciso de ser para perceber — não se consegue fazer de um dia para o outro. Eu consigo montar o melhor dispositivo de combate aos incêndios florestais que há no mundo desde que tenha dinheiro, mas não é por montar um dispositivo desses — por mais sofisticado que seja e por mais numeroso

que seja — que se resolve o problema, porque há de chegar uma altura em que os meios hão de ser finitos e não há meios para responder a tudo. Um dia vai acontecer, de certeza, mas não sabemos quando. Portanto, temos de nos preparar para o quotidiano, para o dia-a-dia e responder a situações de exceção com medidas de exceção, mas temos de ter um mínimo para poder fazer face ao trabalho do dia-a-dia — isso é o que nós temos de ter! E temos de saber, cada um, quais são as responsabilidades que temos a cada momento.

Não podemos é estar aqui com estas conversas e a alimentar esta «história aos quadrinhos», em que muita gente — por motivos diversos, que não quero estar a especificar — continua a falar destas coisas...

É porque isto envolve muita coisa, como sabem, e não vale a pena escamotear estas coisas. Estamos aqui, no Parlamento, na Casa do Povo, mas as coisas também têm de ser ditas!

Esta questão dos incêndios florestais toca em muitos interesses, abrange muitas áreas, e quando se mexe em qualquer ponto é sempre muito complicado fazer qualquer alteração. Muito complicado!

Esta questão, na minha perspetiva, ao nível do Estado português e da Nação é tão importante como a da segurança e, no futuro, temos de estar preparados para situações de exceção, que cada vez vão ser mais gravosas, quer ao nível florestal, quer ao nível de outras catástrofes, e o sistema tem de estar rotinado e treinado. Não adianta estar aqui a adquirir competências, se depois essas competências não são treinadas, não vale a pena!

Eu posso tirar uma licenciatura em medicina, mas se eu não exercer medicina, com certeza, não posso receitar medicação. Estas coisas, na minha perspetiva, têm de ser encaradas como deve ser. E, peço desculpa por dizer isto, mas é aquilo que sinto, não vejo que se tenha evoluído muito

nesta matéria... Quando se dá um passo, há sempre alguém que levanta uma barreira muito grande para contornar esse «obstáculo»...

Portanto, esta questão da Proteção Civil e dos incêndios florestais, em particular, que infelizmente todos os anos tende a repetir-se e todos os anos temos esta «praga» dos incêndios florestais, se o ano corre bem, arranjam uns indicadores de desempenho muito interessantes e explica-se sempre o aspeto positivo da avaliação — o que é natural, todos nós fazemos isso —, mas acho que isto tem de ser visto noutra perspetiva, não pode ser visto na perspetiva em que tem sido visto até aqui, porque nós estamos aqui com terapêutica, mas não vamos à raiz do problema...!

Esta é a minha modesta opinião... Ando neste setor há 20 anos, mas confesso que já começo a ficar um bocado cansado desta área. Ainda tenho disposição para ajudar e estou confiante de que as coisas possam mudar e estou esperançado de que assim seja. Espero que este Grupo de Trabalho, de facto, possa contribuir para uma alteração e para introduzir melhorias no sistema, que é um sistema evolutivo, não se pretende que seja um sistema acabado — não há nada acabado na vida!

O sistema tem de ser adaptado às situações que nos vão sendo colocadas diariamente, mas quando um comandante distrital assume uma determinada função e tecnicamente entende que a solução mais adequada é aquela e, depois, vem a autoridade política do município x ... — e bem, porque se eu fosse o presidente da câmara do município x também defendia o meu município em detrimento do outro, mas o interesse geral tem de estar acima do interesse individual..., e estas coisas influenciam — e de que maneira! — o desenvolvimento das operações!

Peço desculpa por me ter alargado um pouco, se calhar falei mais do que devia, mas proporcionou-se responder a isso.

Sr.^a Deputada Isabel Oneto, em relação à questão da formação também podíamos estar toda a manhã a falar sobre esta questão. É muito simples: acho que há formação — e por isso é que apresentei aqui um *slide* sobre isso —, o que falta é treino operacional. Nós damos formação a muita gente, o problema é saber se damos a formação às pessoas que vão para o terreno.

Vejamos: nós damos um curso para combate a incêndios na frente de fogo. Eu não tenho a certeza que a pessoa que vai receber esta formação vai para o teatro de operações e este é que é o grande problema. O problema é que gastamos muito dinheiro a dar formação que não sei se depois tem retorno.

Nós damos formação, apresentamos estatísticas, gasta-se dinheiro nisto tudo, mas depois... e o retorno? Há uma rotatividade muito grande dos bombeiros, que são a espinha dorsal do sistema de combate aos incêndios. É porque os bombeiros de hoje não são os mesmos de há 30 anos nem de há 40 anos! É preciso perceber a evolução da sociedade e adaptar estas coisas.

Nós não podemos ter um dispositivo desenhado... Há bocado alguém me perguntou sobre as regiões, ora, as acessibilidades de hoje não as mesmas que havia há 20 e há 30 anos!... Eu sou de Bragança e hoje consigo ir daqui a Bragança em 4 horas e pouco, 5 horas. Antigamente, quando eu ia para o Algarve com o meu pai, demorava três dias, quando hoje se demora 6 horas. Não se pode ver isto tudo pelo mesmo diapasão; temos de perceber o que mudou e quais são as tecnologias e as ferramentas que temos à nossa disposição para melhorar, mas de uma forma honesta!

Não se pode estar aqui com discursos hoje de uma maneira... Vejo e assisto frequentemente a alguns comentadores que hoje dizem uma coisa, a seguir dizem outra, no dia seguinte outra..., quer dizer, adaptam o discurso

à situação, mas eu tenho pouco jeito para isso, tenho muito pouco jeito para isso!

Portanto, Sr.^a Deputada, em relação à formação... Eu sei que não estou aqui para ser avaliado pelo trabalho que desenvolvi enquanto Comandante Nacional, Sr. Deputado, mas foi-me pedido para fazer uma apresentação e foi isso que fiz, se calhar fiz mal...

De qualquer das maneiras, foi necessário implementar o treino operacional — e na apresentação em *PowerPoint* coloquei um *slide* exatamente por isso — e onde é que passaram 5333 operacionais para exercitarem os conhecimentos que adquiriram na formação? É o saber fazer!! E, se calhar, não era ao Comandante Nacional, nem aos comandos regionais, nem à ANPC que competia fazer isto.

Se calhar, compete aos comandantes da GNR, ao comandante dos bombeiros ter o seu pessoal pronto, mas a verdade é que para nós respondermos... O dispositivo tem uma heterogeneidade muito grande. Nesta breve apresentação, eu disse que a resposta é muito diferenciada e a razão nunca está só de um lado. Quando ouvimos dizer, na comunicação social, que «Os bombeiros estão parados, não estão a fazer nada!», se calhar é verdade, mas se calhar isso não é mau...!

Mas, perante a emergência e durante a emergência, não há muito a fazer! O que tem de se fazer é antes da emergência, temos de nos preparar para ela. E este é que é o nosso problema: é andarmos sempre atrás da emergência e acharmos que o problema se resolve depois, quando eu acho que nos devemos preparar antes. Antes é que nos devemos preparar, fazer o trabalho de casa — e eu costumo fazer os trabalhos de casa! Esta é que é a questão.

Na minha perspetiva, acho que a formação não está tão mal quanto dizem, pode melhorar — é evidente que pode melhorar —, há sempre a

possibilidade de melhorar em todas as áreas e no que quer que seja, mas acho que o que falta essencialmente é treino operacional!

Não adianta a lei dizer que para o bombeiro manter — e falo dos bombeiros porque são a espinha dorsal do Sistema de Proteção Civil em Portugal — o estatuto de bombeiro tem de fazer 200 e tal horas no quartel. Tem de fazer, mas tem de fazer treino; a lei também diz que é preciso formação, mas ninguém obriga a fazer o treino. E o problema está no treino, porque depois o desempenho em sede do teatro de operações é que é muito diferenciado e pode comprometer tudo!

Num incêndio que houve, em 2012, em Tomar — quando se estava a desenvolver o incêndio no Algarve, tínhamos cinco grandes incêndios no país com grande potencial para poderem evoluir para uma situação muito grave — tivemos uma situação com um grupo de reforço de Lisboa que felizmente não ficaram lá todos porque o Coordenador dos meios aéreos se apercebeu onde estavam colocados... Por estas falhas não posso criticar as pessoas que lá estavam! Quem é o responsável? Sou eu? Se calhar, sou, também tenho alguma responsabilidade nisso, mas a verdade é que estas situações só se conseguem apurar com treino e com conhecimento!!

Não se pode mandar para a frente de fogo um rapaz que anda na universidade e que vai ao quartel de vez em quando!! Isto é um problema sério! Nós temos de ter consciência do dispositivo que temos e também temos de ter consciência das alternativas que temos, e não são muitas alternativas! Temos é que potenciar e melhorar o que temos e a «roda», acho eu, não é preciso inventá-la, porque já foi inventada!...

Como é que se faz isto? Não sei!

Em relação à questão do SIRESP, penso que é um sistema de comunicações do mais evoluído que há. O sistema em si não tem nada; antes pelo contrário, é um sistema polivalente que tem a georreferenciação

(se foi isso que me perguntou), é possível fazer essa georreferenciação, mas é preciso pagar a valência. A Autoridade Nacional de Proteção Civil ainda não tem a georreferenciação nos rádios SIRESP, mas presumo que a GNR já tem essa valência a funcionar. A rede suporta a georreferenciação dos meios, estejam eles nos veículos ou onde estiverem...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): — Não está operacional?

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Na Autoridade, não está, mas na GNR penso que já está.

A rede suporta a georreferenciação, portanto, é possível, com um rádio SIRESP, saber-se onde é que está a pessoa.

A Sr.^a Deputada perguntou-me se isso contribuía para o combate, ora, é evidente que se tivermos uma perceção sobre onde estão as forças de combate aumenta a segurança e facilita a tarefa de quem tem de combater os incêndios, como é evidente. A esse nível, penso que o país andou bem. Essa é uma rede importante que nalguns teatros de operações tem tido algumas falhas, exatamente no Algarve — também para não falar de mais nenhum, mas também noutros sítios —, a determinado momento, houve uma saturação da rede e foi preciso arranjar uma rede alternativa, mas para tudo temos de ter alguma redundância.

Os sistemas de proteção civil e de segurança não devem assentar só..., como eu costumo dizer «não podemos meter os ovos todos no mesmo cesto, porque senão o cesto cai ao chão e é uma chatice»... Temos de ter alguma redundância em relação a estas questões.

portanto, o SIRESP, na minha opinião, é uma boa rede de comunicações, que pode ser melhorado e tem condições de evoluir, é moderno e está ajustado ao melhor que há no mundo.

Quanto ao SIOPS, o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, na minha modesta opinião, penso que é uma mais-valia muito grande para o país porque, pelo menos, agora sabe-se a quem é que é legalmente conferido o comando, quem é o responsável pelo comando, porque antigamente havia grandes confusões.

Como eu disse há bocado, os sistemas são evolutivos e o SIOPS funciona, mas depende muito, a cada momento, das pessoas que estão à frente dos problemas. Isto é verdade porque, quando eu dizia há bocado que era necessário criar uma carreira de gestores de operações ao nível da proteção civil, não era por acaso que eu dizia isso! Tem de se ter alguma estabilidade...

Há colegas meus — eu sou técnico de Informática, sendo certo que os computadores na altura trabalhavam a cartões e agora estou um bocado desatualizado... — que não têm emprego, o emprego deles é este, é o seu modo de vida. Naturalmente que nalguns casos terão mais dificuldade em decidir perante determinadas situações... Portanto, é preciso que haja alguma autonomia e que o poder político faça o seu papel, mas que dê também o benefício da dúvida a quem tem competência técnica para o fazer.

Portanto, em relação ao SIOPS acho que foi uma grande mais-valia, que o país avançou muito, que está muito direcionado para os incêndios florestais e devia estar aberto também para outras áreas de atuação, acho que podia ter alguns ajustamentos.

Não sei se ficou alguma questão por responder à Sr.^a Deputada Isabel Oneto... Está tudo?

Quanto às questões do Sr. Deputado Maurício Marques, já falei da avaliação. Quanto ao número de ignições, é evidente que é difícil perceber como é que temos um número de ignições tão elevado. Pergunta-me

porquê, mas eu também gostava de saber... Sei que muitas delas são por negligência e, contrariamente ao que se diz, que muitas são intencionais, eu acho que não são assim tanto intencionais quanto isso.

De qualquer forma, é evidente que a questão das ignições é o grande problema. Se nós tivéssemos um número mais reduzido de ignições tínhamos mais condições de ter sucesso no combate, é simples.

Mas qual é o porquê das ignições? Isto tem a ver com a cultura da população, mas devo dizer-lhe, em abono da verdade, que isto evoluiu muito. Hoje, a população está muito mais esclarecida do que há uns anos, hoje as pessoas têm consciência destas problemáticas e estão cada vez mais a ter uma cultura de prevenção mais ajustada. Mas, de facto, temos um grande número de ignições que não consigo explicar e quem deve fazer a sensibilização é o patamar municipal, que deve — esse sim, conhecendo as pessoas e as gentes é muito mais fácil — perceber onde é que se pode fazer a intervenção, porque aquilo que é válido para Faro, se calhar, não é válido para Bragança...!

O país é muito pequenino, mas as realidades são muito diferentes — podem crer! — e, portanto, acho que há políticas que não são abrangentes, e que têm de ser direccionadas para situações em particular.

Penso que a melhor forma de prevenção — o patamar municipal, se calhar, é um bocadinho pequeno demais... — é ao nível das comunidades intermunicipais, quiçá, aí poderíamos ganhar.

Um grande número destas ignições — de que não consigo saber qual é a origem — tem a ver com negligência no uso do fogo. O fogo sempre existiu e vai continuar a existir. Na questão de proibirmos o fogo por tudo e por nada, eu considero — claro que, enquanto Comandante, tenho de apagar os incêndios todos! — que há incêndios que são benéficos e nos quais não devíamos gastar dinheiro, nem expormo-nos demasiado;

devíamos esperar por eles!... Mas essa decisão tinha de ser tomada por alguém que, tecnicamente, assumisse essa responsabilidade. Não é quem organiza e faz o combate que tem de tomar essa decisão, porque não se é especialista em todas as aéreas!... Ou há uma cartografia que permita a tomada dessa decisão ou então tem de haver um especialista da área que diga: «Aquela área tem que arder» ou, então «Aquilo está identificado no Plano de Ordenamento do Território da câmara, é aqui que vamos concentrar o combate».

Mas agora não é assim; nós, enquanto operacionais, somos obrigados a apagar os fogos todos e o mais depressa possível, e é isso que fazemos. Recordo-me, por exemplo, de que, em 2011, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, porque no ano anterior tinha havido um grande incêndio lá, e foi criado um dispositivo próprio para o Parque, estivemos três dias os *Kamov* a deitarem água para baixo — faziam muito pouco, mas era a única forma de lá chegar, não havia outra forma de lá chegar, as pessoas tinham alguma dificuldade em lá chegar... — e tiveram ali «hipotecados» os helicópteros durante alguns dias, porque era uma área protegida e que, segundo os técnicos, importava preservar... Não sei se se conseguiu o objetivo ou não, mas nestas coisas acho que cada vez mais temos de perceber os custos que estas operações envolvem.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr. Comandante, peço-lhe para abreviar, pois já ultrapassámos o tempo disponível.

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Com certeza.

O Sr. Deputado perguntou-me o que penso sobre a alteração do quadro legislativo e a minha resposta é a de que eu via isso com «bons olhos». Houve uma tentativa por parte da Direção Geral das Florestas para

alterar a questão do uso do fogo, e acho que isso era muito positivo e facilitava muito a tarefa de quem tem de combater os incêndios florestais.

No que respeita ao ataque inicial dos meios aéreos, nós de 2011 para 2010 reduzimos em 15 aeronaves — em 15 aeronaves!! —, o que representou 8 milhões de euros. Aquilo a que eu estava a referir-me era a que a taxa de sucesso de 2011 foi superior à de 2010, mas podia ter sido pior..., mas conseguimos responder. Já no ano de 2012, tivemos de fazer uma ginástica muito grande em relação aos meios aéreos, apesar de a taxa de sucesso nos meios aéreos também ser bastante grande.

Quanto às máquinas de rasto, sou um seu defensor, e não só para os trabalhos de silvicultura preventiva! Sou defensor do uso de máquinas de rasto para o combate indireto, mas também para o combate direto. Penso que foi uma aposta que consegui fazer, mas que tem de ser mais potenciada e tratada de outra maneira, de uma forma mais profissional.

Não foi possível legalmente, em 2012, contratualizar com uma Associação de Produtores Florestais uma bateria de máquinas para pôr todo o país, mas o nosso objetivo era dar formação especializada aos operadores dessas máquinas para o combate aos incêndios florestais. É porque não adianta alugar e pôr lá a máquina; é preciso preparar o homem para saber o que fazer, como fazer e se for preciso saber como fugir quando as coisas não estiverem bem...!

Portanto, é uma mais-valia e penso que é um investimento que não é tão dispendioso como o dos meios aéreos e que devia ser feita aí uma grande aposta durante todo o ano, porque há incêndios não só no verão, mas durante o ano todo. Portanto, acho que era uma mais-valia termos um dispositivo especial de máquinas de rasto.

O Sr. Deputado Hélder Amaral questionou-me sobre o balanceamento de meios, e esta é uma temática sempre muito complexa,

porque os meios são sempre finitos e, mesmo em situações em que seja adotada a melhor estratégia, por melhor que as coisas sejam feitas é difícil não falhar.

Quando vim para o Comando Nacional, tentei agrupar o país em três grandes áreas — porque era impossível coordenar 18 pessoas, eu não consigo..., mas pode ser que alguém consiga... E nessa ocasião falei com quem de direito no sentido de se dividir o país em seis distritos, uniformizar procedimentos ao nível da região e fazer balanceamento de meios para não percorrer grandes distâncias: porque não se pode agarrar num grupo de reforço de Lisboa e mandá-lo para Bragança! Isso é uma coisa que me faz uma certa confusão.

Portanto, agrupámos o país em três áreas, cada uma com seis distritos, e, devo confessar, os resultados foram muito positivos, contrariamente àquilo que se disse. De facto, houve uma grande eficiência, com os mesmos meios e recursos disponíveis fez-se mais e fiquei com o sentimento de que foi uma medida bem conseguida. Mas é sempre difícil falar de balanceamento de meios..., até porque depois há sempre umas pessoas que dizem que os meios têm de ir por comboio ou por via marítima... Não vale a pena falar nisso, porque os meios têm de ir pela via normal, terrestre, porque o país é pequenino — de lés-a-lés, são 600 km.

Claro que os combatentes podem ir de autocarro e os veículos podem ir só com um condutor — que é o que se tem feito ultimamente —, mas há sempre necessidade de balancear os meios. O problema é quando — como tivemos em 2012 — há incêndios no Norte, no Centro e no Sul, e incêndios com potencial de desenvolvimento. O que é complicado é depois fazer a gestão disto, porque normalmente quando nós precisamos de reforço os outros países da orla mediterrânica também precisam e não nos vão mandar os meios se eles precisarem dos deles.

Sobre a questão de ajustar os meios à realidade do país, penso que é possível fazer aqui um exercício e que se ganhava muito se pudéssemos reestruturar esta área.

Quanto aos meios aéreos do Estado, o Estado tem meios aéreos e pesados, tem os helicópteros pesados, os *Kamov*, não tem é aviões pesados, os *Canadairs*, que são importantes quando o incêndio atinge determinadas proporções e o país devia ser dotado de, pelo menos, quatro *Canadairs*, tal como eu propus em 2011 — se houvesse possibilidades.

Sobre o envolver mais o cidadão, eu já falei nisso. Acho que o nível local tem de ser o grande objetivo.

Acerca da questão de se melhorar a ligação da ANPC com as outras entidades, eu penso que a ANPC tem uma boa ligação com todos os parceiros e hoje as pessoas também evoluíram muito quanto à ligação e à cooperação.

O Sr. Deputado Miguel Freitas referiu-se à questão do pilar técnico e do pilar político, e eu acho que também já respondi. Posso dizer-lhe que no Algarve não há grandes problemas, porque o comandante de agrupamento dá-se muito bem com o comandante distrital, e não há qualquer problema com isso, mas acho tem de haver um patamar intermédio entre o comando nacional e o distrital. Agora se é por esta forma ou outra, se quer a minha opinião, eu acho que o comandante de agrupamento tem de ter estado-maior, não pode ser uma figura isolada, porque é espécie de facilitador... Um comandante de agrupamento regional sem estado-maior, quando as competências estão no distrital pode facilitar em muitas tarefas, nos incêndios florestais, pode facilitar um bocado, mas um comandante sem estado-maior, sozinho, dificilmente conseguirá fazer muito... Acho que isso tem de ser repensado.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): — Sr. Coordenador, permite-me?

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr.^a Deputada, estamos atrasados, mas tem a palavra.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): — É só para solicitar o documento que o Sr. Comandante referiu que entregou ao Sr. Ministro. Se puder enviar-nos uma cópia...

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Até posso deixar já aqui. Na altura era confidencial, mas agora não é, por isso posso deixar.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Sr. Comandante, agradeço a sua colaboração e peço desculpa pelo mal-entendido que o fez esperar muito tempo.

Muito obrigado.

O Sr. Comandante Vítor Vaz Pinto: — Espero ter conseguido ajudar.

O Sr. Coordenador (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos fazer uma breve pausa para seguirmos para a terceira audição de hoje.

Está encerrada esta audição.

Eram 11 horas e 26 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL